



MANIFESTAÇÃO JURÍDICA

Assunto: Licitação. Pregão nº 103/2014. Defesa Administrativa. Notificação. Entrega de equipamentos em desconformidade com o edital. Necessidade de se atender ao interesse público

I - DO OBJETO

Trata-se de análise jurídica de defesa administrativa apresentada pela empresa Linecontrol Comércio Importação e Exportação Ltda., notificada extrajudicialmente para cumprimento da obrigação de fazer, referente ao Edital Pregão nº 103/2014 e ao Contrato nº 167/2014.

A empresa supracitada foi devidamente notificada, haja vista ter entregado o objeto adjudicado - Turbidímetro Portátil Microprocessado e Digital para análise em Água e Efluentes - em desconformidade com o edital, conforme Parecer Técnico exarado pela Coordenadora de Laboratórios¹ que, por brevidade, passa a integrar a presente manifestação.

Na defesa, a empresa sustenta que: a) a proposta apresentada contempla todas as características técnicas do objeto ofertado, observando, assim, a vinculação ao instrumento convocatório; b) que a proposta foi analisada pela comissão licitante, que aceitou a oferta apresentada passando, assim, para as fases subsequentes do certame conforme consta da Ata de Realização do Pregão nº 3003.

Com base nisso, discorda que a entrega foi realizada em desconformidade com o Edital, apontando, assim, suas considerações técnicas.

Por fim, argumenta que as especificações técnicas previstas para o item 3² do edital estão restritivas a único fabricante e, caso o órgão licitantes mantenha o posicionamento de recusar o recebimento do equipamento em questão, que não seja aplicada qualquer sanção administrativa a empresa, uma vez que não houve prejuízos a Autarquia,

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

No mérito, antes de qualquer juízo, cumpre registrar que não está dentre as competências e responsabilidades do Pregoeiro e da equipe de apoio analisar se o produto ofertado atende ou não as exigências técnicas previstas no instrumento convocatório.

Ao Pregoeiro e a equipe de apoio³, assim como a Comissão de Licitação, incumbe a função de receber os documentos, as propostas e os lances, proceder ao julgamento, à classificação das propostas, à habilitação, receber recursos e, se não os houver, adjudicar o objeto licitado ao vencedor, conforme preceitua o inciso IV, do artigo 4º, da Lei 10.520/2002.

¹ Memorando 359/2014/SAMAE/DT-CL, datado de 18 de julho de 2014.

² Turbidímetro portátil, Microprocessado e Digital para análise em águas e efluentes, conforme Termo de Referência - Anexo VIII do Edital.

³ Cláusula 7 – Dos Procedimentos de Julgamento e Dos Lances - Item 7.1 e 7.2 do Edital de Pregão nº 103/2014.



No caso, é dever da empresa participante do certame atestar, nos termos do inciso VII, do art. 4º da Lei 10.520/02, que o produto ofertado atende as exigências editalícias, sobe pena de restar configurada “declaração falsa”, consoante prevê o art. 7º da Lei nº 10.520/02.

Para que não se alegue desconhecimento, importante registrar que o próprio Edital - Pregão nº 103/2014 foi claro ao dispor que a responsabilidade em atestar que o produto ofertado atende as especificações técnicas é da própria licitante, nos exatos termos da Cláusula 5 – letra “C”, verbis:

5. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial, contida no Envelope nº 1, deverá ser elaborada e apresentada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e observar os seguintes requisitos:

- a) emitida em uma via, de preferência por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas.
- b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame;
- c) descrição precisa quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO, constando a marca, os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais e, de preferência, também por extenso;
- d) estar fixado prazo de validade da proposta, não inferior a 60 dias, contados a partir da data da apresentação. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 dias;
- e) constar que os preços, válidos na data da abertura da licitação, serão fixos e irrevogáveis;
- f) estar incluso no preço proposto, todas as despesas com impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, frete, carga e descarga dos materiais e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do objeto da presente licitação;
- g) Prazo de entrega do objeto desta licitação, será de até 30 (Trinta) dias após recebimento da Autorização de fornecimento;
- h) estar datada e conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura;

Dessa forma, não há que se atribuir qualquer culpa ou responsabilidade ao Pregoeiro e a equipe de apoio pela situação/embaraço criado junto aos serviços prestados pela Autarquia.

Na espécie vertente, entendo que as considerações técnicas exaradas pela Coordenadoria Técnica da Autarquia são suficientes a demonstrar que o equipamento fornecido pela empresa Linecontrol Comércio, Importação e Exportação Ltda. não atende as especificações técnicas exigidas no Edital Pregão nº 103/2014.

Sendo assim, as justificativas apresentadas para tentar eximir-se de eventual penalidade não podem ser levadas a efeito, pois no momento em que se submeteu a participar do certame e, conseqüentemente, contratar com esta Autarquia, aceitou todas as condições e exigências impostas pelo órgão licitante.

Tal afirmativa possui amparo no art. 66 da Lei nº 8.666/93, que dispõe que “o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial”.

Portanto, o contrato administrativo deve ser fielmente cumprido pelas partes contratantes, uma vez que se trata de um acordo de vontade entre a Administração Pública e um particular, objetivando a consecução do interesse público.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

SAMAE
JARAGUÁ DO SUL

Há que se enaltecer, ainda, que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE é uma Autarquia Municipal, destinada à prestação dos serviços públicos de abastecimento/tratamento de água e coleta/tratamento de esgotamento sanitário.

Os serviços prestados são, portanto, de extrema importância e relevância, sendo, inclusive, considerados serviços públicos essenciais. Portanto, qualquer fato, evento, anormalidade, acidente e /ou incidente que impeça e/ou embarace a prestação destes serviços pode gerar prejuízos imensuráveis a toda população do Município de Jaraguá do Sul.

Por derradeiro, não há que se dizer que a postura/conduta adotada pela empresa Linecontrol Comércio, Importação e Exportação Ltda. não trouxe prejuízos à Autarquia.

Comprovada está, portanto, a inexecução total do contrato nº 167/2014.

Neste passo, a inexecução do contrato enseja, nos termos da Lei de Licitações, a aplicação de uma, ou mais, das penalidades administrativas elencadas no artigo 87 da Lei 8.666/93,

Por fim, cumpre registrar que a Linecontrol Comércio, Importação e Exportação Ltda., assim como qualquer outro interessado, poderia ter procedido à impugnação ao edital de licitação em apreço, nos termos do art. 41, §1º da Lei 8.666/93. Porém, assim não o fez.

Por conseguinte, não cabe, neste momento, alegar que as especificações técnicas apontadas no edital estariam restritas a um único fabricante. Se o Edital Pregão nº 103/2014 não foi impugnado no prazo legal, tornou-se lei entre os participantes, não podendo agora, ser objeto de questionamento/impugnação através de vias tortuosas.

III - CONCLUSÃO

Posto isto e, considerando que os equipamentos previstos no item 03 do instrumento convocatório foram entregues em desconformidade com as especificações técnicas exigidas, caracterizando, assim, descumprimento as obrigações assumidas no Contrato nº 167/2014, RECOMENDO que sejam tomadas as medidas administrativas cabíveis, ou seja, aplicação de penalidade(s) e, conseqüentemente, a rescisão unilateral do contrato.

De outro lado, a escolha e, conseqüentemente, a aplicação de penalidade é ato administrativo de competência exclusiva do Diretor-Presidente da Autarquia.

É o entendimento.

Jaraguá do Sul, 29 de agosto de 2014.


FABÍOLA HELENA ROCHA
Assessora Jurídica